

--- SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS. -----

--- Aos vinte e três dias do mês de Março de dois mil e seis, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

--- **Um**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE SOLUÇÕES GLOBAIS PARA O PROBLEMA FINANCEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, CONSTANTES NO DOCUMENTO “SOLUÇÕES DE FINANCIAMENTO DE TESOURARIA”. -----

--- **Dois**–AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONSULTA LIMITADA PARA OPERAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS. -

--- **Três**–AUTORIZAÇÃO PARA QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PROCEDA À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO E APROVAÇÃO DAS RESPECTIVAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecra Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Isabel Gonçalves Garcia, Ana Marta Anacleto Rodrigues, Ana Raquel da Costa Mateiro, Anabela Botelho Amaro de Almeida, Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, António Miguel Moura Pires, Carla Patrícia Lopes Neto, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, João Luís Madeira Lopes, João Miguel da Silva Lucas, José Francisco Pereira Gandarez, José Luís Marques Cabrita, Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís Filipe Piedade Valente, Luís Miguel da Conceição Piedade, Maria Helena Gaspar da Fonseca, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe Pedro de Oliveira Soares Malaca, Pedro Nuno Pimenta Braz e Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha. -----

--- Presidentes de Junta:-----

--- Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves (Almoster), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar (Santa Iria da Ribeira de Santarém), Luís Maria Severino Arrais (S. Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Carlos António Marçal (Marvila), Ricardo Luís da Costa (S. Vicente do Paul), Diamantino Cordeiro Duarte (Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), George Nuno Dias de Moura Nunes d' Almeida (Vale de Santarém), Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira (Vaqueiros) e José António Guedes Coelho Aniceto (Várzea).-----

--- Verificaram-se as seguintes ausências:-----

--- Carlos Manuel Luís Catalão, Dúnia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Helder Nuno Jesus da Cruz de Oliveira Pombo, José Ilídio da Fonseca Freire – Presidente da Junta de Freguesia de Abitureiras, Diamantino Carvalho Vicente – Presidente da Junta de Freguesia de Casével, José António Coelho Madeira – Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa da Isenta.-----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, as senhoras Catarina Fernandes Garcia Correia (PSD) e Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS) e os senhores Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes (CDU) e Leonel de Matos Martinho do Rosário (PS).-----

--- Executivo Municipal -----

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Ramiro José Jerónimo de

Matos, Manuel António dos Santos Afonso, Mário José Rodrigues dos Santos, Henriqueta da Graça Pereira Carolo, José Marcelino, Lígia Corujo Reis Batalha e Luís Manuel da Graça Batista. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, verificando a identidade e legitimidade das senhoras **Ana Isabel Gonçalves Garcia e Anabela Botelho Amaro de Almeida**, que tomaram posse para ocupar o lugar da senhora Idália Moniz e do senhor Francisco Madeira Lopes, eleitos pelas listas do PS e da CDU, respectivamente, que pediram a sua substituição nos termos da Lei e do Regimento.-----

--- De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**.-----

--- **PONTO UM – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE SOLUÇÕES GLOBAIS PARA O PROBLEMA FINANCEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, CONSTANTES NO DOCUMENTO “SOLUÇÕES DE FINANCIAMENTO DE TESOURARIA”**.-----

--- Pela Câmara Municipal de Santarém foi apresentada a seguinte proposta:-----

--- **“Soluções de financiamento de tesouraria**-----

--- Perante a situação deficitária de tesouraria da autarquia de Santarém, e como resultado de diversas discussões com consultores financeiros, apresentamos as seguintes soluções:-----

--- A) Abertura de procedimento de consulta para antecipação de rendas futuras do contrato de concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão no Município de Santarém;-----

--- B) Contratação de empréstimo de curto prazo (com liquidação até trinta e um de Dezembro) para suprir necessidades de tesouraria imediatas, no montante de cerca de um milhão e duzentos mil euros;-----

--- C) Negociação de créditos com os fornecedores, com dilatação dos prazos de pagamento:-----

- * da responsabilidade da Câmara Municipal de Santarém;-----
- * da responsabilidade das Juntas de Freguesia (cujos créditos estão consolidados na Câmara Municipal através das dívidas a estas instituições através de transferências); ----
- D) Dilatação dos prazos de pagamento dos contratos de factoring;-----
- **Plano de pagamentos / Utilização das verbas que resultarem das operações a contratar**-----
- As propostas apresentadas ao Executivo para solucionar a grave situação financeira da Câmara Municipal de Santarém, destinando-se, grosso modo, ao financiamento da tesouraria, permitirão um encaixe financeiro previsível entre os quinze milhões e os trinta e sete milhões e setecentos mil euros, dependendo das condições para a efectiva adjudicação de alguma ou algumas das operações.-----
- A indicação taxativa dos débitos a pagar de imediato é, naturalmente, impossível. Não só pela imprevisibilidade do montante certo a encaixar, bem como dos compromissos que serão assumidos, com efeitos na despesa ou com efeitos de diminuição da receita, quer pela não liquidez dos próprios débitos que poderão ser renegociados, com diminuição dos seus montantes.-----
- De referir ainda que, caso seja possível a renegociação dos contratos de factoring em vigor, com o prolongamento dos prazos de pagamento, mediante a aplicação de taxas de juros favoráveis ao Município, a prioridade poderá não passar pela liquidação destes créditos mas sim de outros, pois estas soluções, mesmo cumulativamente, não serão suficientes para liquidação imediata de todo o passivo de curto prazo.-----
- Não obstante esta dificuldade em estabelecer um plano de pagamentos com o mínimo rigor, sempre poderemos apresentar, hierarquicamente, as prioridades para o pagamento imediato.-----
- Primeiro – Transferências para as Juntas de Freguesia - cujo montante já assumido, mediante deliberação, ascende a cerca de três milhões e quinhentos mil euros;-----
- Segundo – Subsídios e Apoios em atraso a Associações Culturais, Recreativas e Desportivas – cerca de seiscentos e trinta e sete mil setecentos e sete euros e noventa cêntimos (com deliberação);-----

- Terceiro – Dívidas a fornecedores com a seguinte ordem de prioridade: -----
- Um – Dívidas que geram maiores encargos financeiros;-----
- Dois – Dívidas de maior antiguidade;-----
- Quarto – Dívidas a instituições de crédito que se subrogaram nos direitos do credor, mediante contratos de factoring, cujos prazos não possam ser renegociados e priorizando aqueles em que os encargos para o Município sejam maiores.” -----
- Usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** considerando que o senhor Presidente da Câmara deveria fazer a apresentação da proposta dado que a mesma não vem acompanhada da acta referente à discussão deste assunto na reunião do Executivo Municipal.-----
- A seguir, interveio o senhor **Pedro Braz** salientando ser com agrado que o PS irá votar favoravelmente as propostas oriundas do Executivo Municipal tendo em conta que as mesmas são para bem da população do concelho de Santarém. Comentou que afinal havia e há mais vida para além do leaseback, sublinhando que a procura de soluções para os problemas da Câmara deve ter a participação de todos.-----
- Afirmou que o PS jamais andarà a fazer minudência política com vista a adiar soluções de modo a tirar dividendos políticos e a penalizar as populações. No entanto, salientou, não lhes peçam para abdicar do seu código genético em defesa dos seus ideais que são a democracia e a liberdade, manifestando a sua disponibilidade para o diálogo.--
- Concluiu, perguntando se a Câmara está disponível para alterar algumas das verbas do documento anexo referentes às Juntas de Freguesia, no seguimento dos elementos apresentados pelos respectivos Presidentes de Junta. -----
- Depois, usou da palavra o senhor **José Gandarez** referindo ser com bastante satisfação que o PSD vê esta proposta ser hoje aqui apreciada a qual vem no seguimento de uma promessa eleitoral.-----
- Para o PSD, referiu, é essencial que a Câmara seja uma pessoa de bem que honre os seus compromissos e respeite os seus fornecedores, sublinhando que a situação actual era insustentável e imoral.-----

--- Considerou que seis meses para o Executivo encontrar uma solução para o problema da dívida do município é muito tempo, considerando importante haver uma maior celeridade nas decisões a tomar. -----

--- Salientou, ainda, que o actual Executivo conseguiu apresentar, passados sessenta e cinco dias, uma solução que foi o leaseback. E, mais ainda, conseguiu também apresentar outras medidas que visam a antecipação de receitas para resolver o problema de tesouraria de Câmara.-----

--- Lamentou que a oposição não tenha apresentado qualquer medida para a grave situação financeira da Câmara, apenas se limitando a votar, contra ou a favor, as propostas apresentadas pelo Executivo Municipal.-----

--- Tomou, seguidamente, a palavra o senhor **Vítor Alves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, referindo que a CDU tem como objectivo votar favoravelmente as propostas agora apresentadas nomeadamente em relação à contratação do Empréstimo de Curto Prazo. Contudo, condicionará o seu voto favorável à contemplação das obrigatoriedades que o Executivo Municipal solicitou às Juntas de Freguesia para clarificarem.-----

--- Interveio, de seguida, o senhor **José Luís Cabrita** salientando que afinal sempre haviam outros caminhos para solucionar o problema financeiro da autarquia, contrariando o seguidismo do Executivo no tocante ao leaseback.-----

--- Sublinhou que a questão da dívida deve ser uma preocupação de todos, estranhando não ver contemplada no documento enviado um conjunto de dívidas já antigas das Juntas de Freguesia. -----

--- Afirmou que a CDU, aquando da discussão do leaseback, apresentou em reunião de Câmara um conjunto de propostas que visavam resolver o problema de tesouraria do Município, lembrando que caso esta operação financeira tivesse sido aprovada ela não estaria disponível antes de Agosto próximo enquanto que as medidas agora apresentadas seguramente que irão disponibilizar, no prazo de um mês, verbas necessárias para que o Executivo Municipal possa satisfazer os principais compromissos assumidos. -----

--- Foi dada a palavra, a seguir, ao senhor **Pedro Malaca** que destacou não ter ainda percebido quais os projectos que a oposição tem para a cidade, lembrando o estado em que o PS, com a conivência da CDU, deixou a Câmara, considerando que, no seu entender, as soluções agora apresentadas são boas para o concelho. -----

--- Afirmou que estas medidas não resolvem a totalidade dos problemas financeiros da Autarquia, salientando que tem de haver uma contenção nas despesas.-----

--- Perguntou quantas pessoas foram admitidas pelo actual Executivo desde o início deste mandato.-----

--- Usou novamente da palavra o senhor **José Luís Cabrita** referindo que não sabia que o Bloco de Esquerda já não fazia parte da oposição.-----

--- Esclareceu que a CDU não foi ao longo dos últimos trinta anos a força política responsável pela gestão do Município, acrescentando que a maioria das decisões tomadas foram consensualmente assumidas pelas três forças partidárias que integraram a Autarquia nos últimos anos. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Pedro Malaca** para referir que de facto é oposição, sugerindo que seja feita uma análise daquilo que se passou ao longo destes trinta anos. --

--- A seguir, interveio o senhor **Luís de Almeida** afirmando que as decisões têm de ser tomadas com serenidade e responsabilidade, lembrando que o PS apresentou, na devida oportunidade, propostas para os problemas financeiros da Autarquia. -----

--- Discordou de que se esteja sempre a comparar a gestão de empresas privadas com o serviço público, lembrando existirem muitas empresas privadas que vão à falência. -----

--- Interveio novamente o senhor **José Gandarez** lembrando que o actual Executivo, na altura, disse que no caso de haverem outras alternativas ao leaseback, que não o reequilíbrio financeiro, que as apresentassem, considerando que tem de haver tempo para reflectir e tempo para decidir não se podendo estar constantemente a protelar as decisões.

--- Seguidamente, interveio o senhor **José Luís Cabrita** considerando que pagar aos fornecedores deve ser a principal preocupação do Executivo Municipal e de toda a Administração Pública.-----

--- Lembrou ainda que na reunião de Câmara de vinte e nove de Dezembro último a vereadora da CDU apresentou, na sua declaração de voto, seis propostas para resolução do problema financeiro da Câmara Municipal e que destas seis apenas uma dizia respeito ao reequilíbrio financeiro.-----

--- Tomou a palavra, depois, o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, congratulando-se com as propostas apresentadas, considerando serem uma excelente solução para resolver os problemas financeiros do Município e conseqüentemente das Juntas de Freguesia.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** referindo que as actas demoram o seu tempo a fazer e, por isso, ainda não se encontram disponíveis.-----

--- Salientou ser com agrado que vê estas propostas serem hoje aqui discutidas e votadas, destacando ser-lhe indiferente que tenha sido o PSD o autor das propostas agora apresentadas.-----

--- Referiu que durante a discussão do leaseback o PS apresentou uma proposta, enquanto a CDU não fez nenhuma, apenas se limitou a proferir uma intenção política, numa declaração de voto, sem qualquer sustentação, sem nenhuma forma de afirmação, sublinhando que uma coisa é retórica outra coisa é trabalho.-----

--- Considerou que o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Almoester não tem razão na pergunta que fez, salientando que o documento contempla os compromissos assumidos na reunião realizada em Alcanede.-----

--- Prosseguiu, prestando esclarecimentos em relação às nomeações efectuadas pelo actual Executivo, referindo que foram realizadas aquelas que legalmente são permitidas e de acordo com as necessidades da lógica funcional do Município, lembrando que quando tomou posse apenas levou uma secretária consigo.-----

--- Concluiu, salientando a importância de rentabilizar os procedimentos no interior da Autarquia, acrescentando que a Câmara em alguns sectores está completamente desequilibrada e sem estrutura do ponto de vista da gestão de meios dos recursos humanos havendo a necessidade de racionalizar todos estes meios.-----

--- Depois, interveio o senhor **Pedro Braz** referindo que gostaria de ver alguma disciplina relativamente aos assuntos em discussão.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que as respostas resultam das perguntas havidas as quais não foi possível evitar.-----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Vítor Alves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoster, para clarificar que efectivamente não constam do documento anexo duas das dívidas que submeteu à consideração do Executivo Municipal.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **proposta de soluções globais para o problema financeiro da Câmara Municipal de Santarém constantes do documento “Soluções de Financiamento de Tesouraria”, tendo sido aprovada por unanimidade.**-----

--- Pelo senhor **Pedro Braz** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto:-----

--- “O Partido Socialista votou a favor deste documento também no pressuposto que as verbas nele existentes atinentes às Juntas de Freguesia sejam corrigidas de acordo com os documentos já disponibilizados pelas diferentes Juntas de Freguesia aos serviços da Câmara Municipal de Santarém”.-----

--- **PONTO DOIS – AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONSULTA LIMITADA PARA OPERAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte de Fevereiro último, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação da proposta de **Cessão de direitos de crédito emergentes de contratos de concessão celebrados pela Câmara Municipal de Santarém**, nos termos do artigo sessenta e quatro, número seis alínea a), da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Interveio o senhor **Luís Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Cima, lamentando não lhe ter sido dada a palavra no anterior ponto, considerando haver

discrepância relativamente ao tempo atribuídos aos deputados municipais para exercerem o “direito de resposta”. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que não faz essa leitura, referindo que o direito de resposta é uma interpretação da Mesa. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Nuno Serra** dando os parabéns ao Executivo Municipal por nunca ter baixado os braços na procura de uma solução para os problemas financeiros da Autarquia e felicitando a oposição pela atitude positiva em relação à proposta em causa. -----

--- Salientou que o actual Executivo conseguiu encontrar um meio de financiamento para pagar uma parte significativa das dívidas, quer a curto prazo, quer às Juntas de Freguesia.

--- Considerou que a oposição pode agora vangloriar-se por ter viabilizado estas propostas provenientes do Executivo Municipal, podendo ficar com o ónus das mesmas. Contudo, acrescentou, a população do concelho sabe quem faz e quem não faz. -----

--- Concluiu, perguntando afinal o reequilíbrio financeiro é melhor para quem, para as populações que com esta medida iam ter problemas de investimento camarário ou para a oposição que iria ter uma Câmara inoperante durante quatro anos. -----

--- Tomou a palavra, depois, o senhor **João Madeira Lopes** para referir que o PSD insiste em culpar a oposição por não ter aprovado as medidas inicialmente apresentadas pelo Executivo, considerando que aquele partido deveria agradecer à CDU e ao PS por não ter viabilizado a operação de leaseback uma vez que a mesma era prejudicial para o concelho. -----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Pedro Braz** esclarecendo que não estão aqui para bloquear ninguém, no entanto, votarão contra tudo aquilo que acharem incorrecto para o concelho de Santarém. -----

--- Foi dada a palavra, novamente, ao senhor **Nuno Serra** salientando que na reunião de Câmara em que o leaseback foi reprovado não viu nenhuma proposta proveniente da oposição para o problema financeiro do Município. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Pedro Braz** para referir que não fica bem estar aqui a

puxar pelos galões pelas propostas agora apresentadas, lembrando que o anexo do primeiro documento, sobre a necessidade de hierarquização das prioridades de pagamentos, foi uma sugestão dos Vereadores do PS.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vereador Ramiro Matos** que discordou da afirmação do senhor Madeira Lopes em relação ao leaseback, clarificando a postura tomada pela oposição na reunião de Câmara aquando da discussão deste assunto, lembrando que a CDU afirmou que caso o PSD e o PS se entendessem nesta matéria também viabilizariam o leaseback porque esta é uma solução que tem de ser assumida por todos.-----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Pedro Braz** afirmando que, em termos pessoais, seria sempre contra qualquer proposta de leaseback apresentada pela Câmara.-----

--- Após o debate, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Autorização para a Abertura de Procedimento de Consulta Limitada para Operação de Antecipação de Receitas**, nos termos da alínea a), do número seis, do artigo sessenta e quatro, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- **PONTO TRÊS – AUTORIZAÇÃO PARA QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PROCEDA À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO E APROVAÇÃO DAS RESPECTIVAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS.** -

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte de Março de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação e votação da **Contratação de Empréstimo de um milhão duzentos e trinta e dois mil seiscentos e doze euros e dez cêntimos**, nos termos da alínea d), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Interveio o senhor **José Gandarez** referindo que o PSD concorda com a contratação deste empréstimo de curto prazo dado estarem mais que evidenciadas as dificuldades de

tesouraria do Município. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Contratação de Empréstimo de Curto Prazo e as Respectivas Cláusulas Contratuais**, nos termos da alínea d), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovadas por unanimidade**. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Um, Dois e Três**, tendo sido **aprovados por unanimidade**. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto, nos termos da Lei e do Regimento, o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou por ausência de intervenientes. -----

--- Eram dezanove horas e vinte minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

----- **O PRESIDENTE** -----